



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682340 - SP (2021/0232205-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JULIANE GODOI MUNHOZ
ADVOGADO : JULIANE GODOI MUNHOZ - SP440826
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TEODORO CARDOSO DIAS NETO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TEODORO CARDOSO DIAS NETO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0003714-55.2021.8.26.0026).

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar o indeferimento da progressão ao regime aberto e da necessidade de submissão do apenado ao exame criminológico.

Assevera que o reeducando preenche os requisitos legais para a progressão ao modo prisional mais brando, nos termos do art. 112 da LEP.

Requer, liminarmente, a revogação da regressão do paciente ao regime semiaberto até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja mantido o deferimento da progressão ao modo aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extraí-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 17/18):

De acordo com os documentos acostados aos autos, o agravado demonstrou o atendimento do requisito objetivo, tendo cumprido mais de 2/5 da pena atinente ao crime hediondo e mais de 1/6 da pena atinente aos crimes comuns, bem como apresentou atestado de bom comportamento carcerário.

O recurso, porém, comporta provimento para que seja determinada a realização de exame criminológico.

Observe que embora a Lei nº 10.792/2003 tenha dado nova redação ao artigo 112 da Lei das Execuções Penais, suprimindo a obrigatoriedade do exame criminológico para a progressão de regime, sua realização é possível diante das particularidades do caso e mediante fundamentação concreta.

Nesse sentido o entendimento consolidado na Súmula 439 do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que “Admite-se o exame criminológico

pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada”, cujo posicionamento foi mantido em recentes decisões da Corte.

O agravado foi condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade de 10 anos, 08 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, em razão da prática dos crimes de tráfico de drogas, falsidade ideológica e uso de documento falso, tendo iniciado o cumprimento da pena em 14 de outubro de 2015, e com término da pena previsto para 23 de junho de 2026.

Não fosse o bastante, as características dos crimes por ele cometidos bem evidenciam a sua periculosidade concreta, exigindo maior cautela para a aferição do mérito para o benefício.

Sua progressão ao regime aberto, portanto, se mostrou prematura, tornado necessária a reversão da decisão agravada, para que seja submetido a exame criminológico.

ASSIM, PELO MEU VOTO, DOU PROVIMENTO AO AGRAVO EM EXECUÇÃO PARA CASSAR A DECISÃO QUE DEFERIU A PROGRESSÃO DE REGIME E PARA DETERMINAR A SUBMISSÃO DO SENTENCIADO AO EXAME CRIMINOLÓGICO.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência